

**Reunião ordinária pública****Ata n.º 08/2019****Data: 2019-04-01****Início: 14.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 17.10 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:****APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019****BALANCETE****N.º 01 – SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS – proposta final (2/ESPP/DGT/2019 - 3/INSTGT/DGT/2018)****N.º 02 – ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO– ata da conferência procedimental (6751/ENTE/DAJA/2018 - 8/INSTGT/DGT/2015)****N.º 03 – ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS AVESSADAS – homologação de parecer jurídico (2061/ENTE/DAJA/2019 - 7/INSTGT/DGT/2017)****PROPOSTAS:****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:****N.º 04 – PROTOCOLO DE PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS DE FERREIRA DO ZÊZERE, MAÇÃO, OURÈM, SARDOAL E VILA NOVA DA BARQUINHA NO ÂMBITO DAS**



CANDIDATURAS AO AVISO DE CONCURSO N.º POSEUR-12-2018-18
(2153/ENTE/DAJA/2019 - 5/ENTEXT/PR/2013)-----

N.º 05 - ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE NO ÂMBITO DO PROJETO INNOACE (1/FORM/DOM/2019)-----

N.º 06 - UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - Centro Recreativo Cultural e Desportivo de D. João (1843/ENTE/DAJA/2019 - 24/DIVER/PR/2013)-----

PROPOSTAS DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 07 - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA POR VENDEDORES AMBULANTES (10/PPRC/VHC/2018)-----

N.º 08 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A JUNTA DE FREGUESIA DE PAIALVO NO ÂMBITO DO ESPAÇO DO CIDADÃO (25/PPRC/PR/2019)-

N.º 09 - CONTRATO DE COMODATO DE CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DE TOMAR DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO N.ºS 61 A 63-A ONDE NASCEU A PINTORA MARIA DE LOURDES DE MELLO E CASTRO (27/PPRC/PR/2019)-----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 10 - COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (26/PPRC/PR/2019)-----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR "TOMARINVESTE":-----

N.º 11 - HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DO LOTE 10 ALT DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE (50/AGEN/DAJA/2019)-----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM:-----

N.º 12 - APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS - Relatório de custos de impressão - fevereiro de 2019 (4/PGEN/GC/2019)-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 13 - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DO AQUEDUTO DOS PEGÕES EM TOMAR - liberação parcial da caução (2020/ENTE/DAJA/2019 - 234/CONPUB/DOM/2017)-----

N.º 14 - EMPREITADA DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS DE TOMAR - liberação parcial da caução (1864/ENTE/DAJA/2019 - 219/CONPUB/DOM/2016)-----



- N.º 15 – CEDÊNCIA DE MATERIAL – Organização do evento Remember Pim Pim 2019** (1797/ENTE/DAJA/2019 - 24/DIVER/PR/2013) -----
- N.º 16 – TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR - resultados operacionais no ano de 2018** (232/ENTE/DAJA/2019 - 2/TRANSP/DOM/2013)-----
- DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----**
- N.º 17 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - União Futebol Comércio e Indústria de Tomar** (7577/ENTE/DAJA/2018 - 4/CEDESP/UDJ/2014) -----
- N.º 18 -UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Estabelecimento Prisional Militar de Tomar** (1892/ENTE/DAJA/2019 - 9/CEDESP/DDJ/2013)-----
- N.º 19 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação Thomar Honoris** (1123/ENTE/DAJA/2019) -----
- N.º 20 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Federação Portuguesa de Natação** (1811/ENTE/DAJA/2019) -----
- DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----**
- N.º 21 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO – Centro de Integração e Reabilitação de Tomar** (1673/ENTE/DAJA/2019)-----
- N.º 22 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO RÉS-DO-CHÃO DIREITO DA RUA INFANTE D. FERNANDO, N.º 11** (99/ECER/DGT/2019 - 4/DIVER/DAJA/2019)-----
- N.º 23 – EXECUÇÃO DA PONTE DO CARRIL – avaliação de parcela de terreno propriedade de Ana de Jesus Simões Antunes** (3699/ENTE/DAJA/2017 - 1/EXPRO/DAJA/2018) -----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 24 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Maria dos Anjos Franco dos Santos - Cabeça de Casal da Herança de** (55/JUEL/DGT/2019 - 362/EDIF/DGT/2018) -----
- N.º 25 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Josefina Ferreira Conde** (78/ECER/DGT/2019 - 52/EDIF/DGT/2019) -----
- N.º 26 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Fernando Luís Malaquias Ferreira** (97/JUEL/DGT/2019 - 1111/DIVER/DGT/2018) -----
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**
- N.º 27 – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO – ESTUDO TÉCNICO** (6994/ENTE/DAJA/2019 - 2/ASSCUL/DTC/2017)-----



N.º 28 – PROTOCOLO DE PARCERIA COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO NO ÂMBITO DO PROJETO "FÁTIMA-TOMAR STAYOVER"
(6172/ENTE/DAJA/2018 - 5/ENTEXT/PR/2013)-----

N.º 29 – CEDÊNCIA DE MATERIAL - Grupo Motard Templários (1346/ENTE/DAJA/2019 - 1/PEDID/DTC/2014)-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 30 – CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO QUALIDADE E AMBIENTE DOS SMAS DE TOMAR – auditoria de acompanhamento
(1930/ENTE/DAJA/2019 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----

Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público.-----

Esteve presente o Sr. Vitor Manuel Santos para abordar a questão da segurança rodoviária no concelho, tendo em conta que não viu nada que indique que estão a ser resolvidas as questões que aqui apresentou há mais de um ano. Referiu que continua a não existir a sinalética horizontal que é essencial para a segurança dos munícipes e dos turistas, para os veículos e para os peões.-----

A Sra. Presidente referiu que, na altura, foi reconhecido que existia um conjunto de situações que tinham que resolver e têm estado a trabalhar nesse sentido; têm estado paulatinamente a intervir nalguns locais identificados pela GNR, nomeadamente a retirada dos triângulos existentes no entroncamento do caminho municipal mil cento e trinta para Carvalhal Pequeno, São Miguel e Juncais, e também na eliminação de alguns pontos negros na cidade, identificados em levantamento efetuado no âmbito da Comunidade Intermunicipal; estão em curso os procedimentos prévios para elaboração de um plano municipal de segurança rodoviária.-----

O Sr. Vitor Santos referiu que a intervenção no caminho municipal referido é uma coisa mínima; é eleitor na freguesia da Madalena, mas não quer referir apenas os problemas dessa freguesia; preocupa-o o concelho no geral e não vai enumerar casos porque seriam muitos; praticamente não há traços contínuos ou descontínuos nas estradas do concelho, independentemente da sua classificação e, em determinados locais, a falta dessa sinalização provoca confusão e pode complicar o apuramento de responsabilidades em caso de eventuais acidentes, como acontece por exemplo, na rotunda e na rotunda dos Bombeiros; em sua opinião, a sinalética vertical até é exagerada, mas em termos de sinalética horizontal o concelho está muito precário e o executivo municipal tem que fazer alguma coisa. Referiu



novamente a questão da entrada do parque de autocaravanas onde toda a gente entra, apesar de haver sinalização a restringir a circulação a ambulâncias e arbitragens; a zona do estádio é um espaço de lazer para se ir com os filhos e com os netos e se andar à vontade; à noite, é um corrupio de viaturas e ninguém se entende; quando, há um ano, aqui colocou a questão, a Sra. Presidente disse que ia(m) lá ser colocado(s) um ou dois pins, mas está tudo na mesma; não pretende que as suas palavras sejam entendidas como uma crítica destrutiva, porque a sua intenção não é essa; quer é que as coisas sejam resolvidas, para segurança de todos, nas estradas que dependem diretamente da Câmara e nas estradas nacionais; não pode ser ele, isoladamente, a pedir a intervenção da entidade responsável, tem que ser o executivo, nesta matéria e noutras, a exercer pressão para que tal aconteça. -----

A Sra. Presidente referiu que ninguém tem dúvidas de que o Sr. pretende alertar para um problema, e muito bem. Informou que vão intervir nas estradas municipais e nacionais que foram identificadas, e que está a decorrer um procedimento de contratação para proceder à pintura de sinalização horizontal, nomeadamente na avenida Norton de Matos e na avenida Ângela Tamagnini. Referiu que é pena que tenham que gastar dinheiros públicos para colocar pins porque as pessoas não cumprem a sinalização existente; numa primeira fase, tentaram não o fazer e, com atuação policial, conseguir dissuadir as pessoas de ali estacionarem; não tendo havido sucesso nessa ação pedagógica, irão ser colocados os pins ainda este ano, até porque, ao final do dia, se acontecer alguma coisa e tiver que entrar uma ambulância, a quantidade de carros ali estacionados pode trazer algumas dificuldades na prestação do socorro. -----

O Sr. Vitor Santos referiu que o executivo está de parabéns pela decisão de instalar o parque de autocaravanas no espaço onde se encontra, mas tem pena que não se cobre alguma coisa; também é autocaravanista, mas é contra ser tudo à borla porque é o dinheiro de todos que anda ali na água e na manutenção do espaço; pensa que, neste momento, não se pode cobrar nada, por causa do plano de pormenor, mas seria bom pensar nisso para o futuro, para preservar o espaço. -----

Esteve presente o Sr. Amândio de Melo Ferreira para solicitar que, com urgência, sejam mandados retirar os dois contentores do lixo que se encontram junto ao número doze da rua do Telégrafo; tem dificuldades para entrar com o carro na sua propriedade e há muita gente que não tem respeito e a mínima consideração para com as outras pessoas; à frente da sua casa encontra-se toda a espécie de lixo, até colchões de dormir; em março de dois mil e dezoito, falou do seu assunto ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que lhe disse, mais do



que uma vez, que os contentores iam ser mudados para outro local onde já tinham estado, mas alguém os voltou a colocar onde lhe apeteceu; também o requereu à Câmara no dia onze de fevereiro deste ano; até hoje, está à espera que lhe tirem os contentores da frente da casa quanto mais depressa melhor porque ele e sua esposa já não os podem ver; durante trinta e seis anos, foi emigrante na Suíça, um país muito democrático, muito humano e com todas as qualidades, onde havia videovigilância e quando alguém colocava porcarias onde não podia, mais tarde recebia a fatura para pagar; duas vezes por ano eram disponibilizados grandes contentores para recolha de madeira, colchões, eletrodomésticos e outro material, mediante o pagamento de três francos por quilo; não sabe quais são as possibilidades de terem este sistema em Portugal, mas também seria impossível ter câmaras em todos os locais onde há caixotes do lixo.-----

A Sra. Presidente informou que esta matéria é tratada pelos SMAS, sendo da competência do Sr. Vereador Hélder Henriques, que irá analisar a situação, eventualmente deslocando-se ao local. Adiantou que, em Tomar, disponibilizam gratuitamente o serviço de recolha de monstros; em qualquer altura do ano, as pessoas podem telefonar a agendar o dia e a hora da recolha e vai uma carrinha a casa recolher colchões, móveis, entre outros objetos. Esclareceu que a legislação portuguesa não permite que tenham videovigilância a não ser em determinadas situações, por questões de segurança, mas também era difícil ter uma câmara junto a cada contentor.-----

O Sr. Amândio Ferreira acrescentou que haverá uma média de dez a quinze gatos naquela rua e no muro onde estão encostados os caixotes, que estão sempre cheios e cativam os gatos a entrar, e não veio para Portugal para apanhar uma doença causada por esta situação. -----

Esteve presente o Sr. José Agostinho Nunes Silva, em representação dos habitantes do lugar de Marmelais de Cima, para abordar os problemas da rua dos Marmeleiros, uma rua onde é difícil transitar na zona mais habitada; têm acontecido episódios menos bons, como o derrube de postes elétricos e a quebra de beirados; no cruzamento de duas viaturas ligeiras, uma tem que parar e com um camião é muito mais difícil; foi feita uma petição com assinaturas cujo original entregaram ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, à qual não obtiveram qualquer resposta. Referiu que com a conclusão da obra da rua Corredoura do Mestre, vai ser muito mais complicado porque vão começar a passar por ali as pessoas que vêm do lado da Quinta do Falcão para a parte sul, e com razão porque é um bom atalho; foi um bom trabalho que têm que agradecer ao executivo, mas é preciso pensar naquele funil na rua dos Marmeleiros. -----



A Sra. Presidente perguntou onde se localiza exatamente o estrangulamento referido, se é ao início da descida, quando se vai daqui para lá. -----

O Sr. José Silva referiu que, ao longo da rua, há catorze ou quinze casas todas juntas e o camião do lixo tem muita dificuldade em passar; se há um carro estacionado, o condutor não avança sem tirarem a viatura; o beirado de uma casa que lá tem é o mais castigado, ainda mais agora que tem calha. -----

A Sra. Presidente pediu fotocópia do abaixo-assinado entregue na junta de freguesia.-----

Esteve presente o Sr. Hélder Martins para expor que, há cerca de quinze anos, o seu agregado familiar era composto por quatro pessoas relativamente saudáveis (ele, a sua atual ex-mulher e os seus sogros); há cerca de dez anos, a sua mulher cegou; algum tempo depois, o seu sogro ficou acamado; não tendo mais ninguém com capacidade para tomar conta dele, assumiu a responsabilidade e passou a ser o seu cuidador informal; um ano e meio depois, o seu sogro faleceu, e, alguns meses mais tarde, a sua sogra ficou acamada; mais uma vez, teve que enfrentar a situação, para a qual não tinha preparação; as senhoras que prestam apoio domiciliário deram-lhe algumas indicações e meteu mãos à obra uma vez que não tinha capacidade económica para delegar essas funções; sente-se muito grato todas as vezes que encontra pessoas que colaboram consigo, mas também fica bastante revoltado todas as vezes que encontra impedimentos; tem encontrado muita gente colaboradora e outros que nem por isso, mas não os julga porque terão as suas razões; por várias vezes, teve que transportar a sua sogra aos hospitais e nunca teve problemas até há um mês, quando o médico de família lhe disse que ela precisava de fazer uns exames no Hospital de Torres Novas; estando acamada e completamente dependente, dirigiu-se aos Bombeiros para fazerem o transporte e foi informado que, por falta de capacidade, humana e de viaturas, deixaram de fazer esse trabalho, tendo-lhe sido dado o contato dos Bombeiros de Torres Novas; a Sra. Presidente já lhe deu as justificações que achou necessárias, e que são muito plausíveis, mas, na situação em que se encontra, e sabe que há outras pessoas que estão nessa situação também, acha muito mal que os Bombeiros de Tomar não tenham capacidade de resposta para os habitantes de Tomar e que sejam os Bombeiros de Torres Novas a ter capacidade para socorrer os deles e os de Tomar, até porque fica muito mais caro para a pessoa que precisa; no seu caso, teve que pagar noventa euros; haverá outras pessoas na mesma situação, mas, se calhar, a maior parte engole e não diz nada; não concorda com isso e, apesar de não estar confortável em estar aqui, está a fazer o que deve ser feito, por si, pela pessoa de quem cuida e por outras pessoas fragilizadas que estão na mesma situação, muitas das quais não terão capacidade



e.
/

económica para assumir; também ponderou se levaria ou não a sua sogra a Torres Novas, chegando mesmo a procurar uma segunda opinião com outro médico, que lhe disse que a devia levar; a Segurança Social não paga estes transportes uma vez que a sua sogra recebe seiscentos e trinta euros mensais e não reúne as condições de carência económica. Espera que a situação possa ser resolvida em breve. -----

A Sra. Presidente reiterou que, tal como informou na reunião que teve com o Sr. Hélder, os recursos não são ilimitados e o transporte de doentes não urgentes não é missão dos bombeiros que, em primeiro lugar, têm que garantir as ambulâncias e os respetivos tripulantes para a emergência pré-hospitalar, têm que garantir o corpo mínimo para dar resposta a um acidente, a uma catástrofe e a um evento no concelho e só depois asseguram o transporte de doentes não urgentes; não é a primeira pessoa que vem falar consigo sobre esse assunto e voltou a alertar o comando para a necessidade de reforçar junto de quem assegura o atendimento que não é verdade que tenham deixado de fazer transporte de doentes não urgentes, mas sim que só o podem fazer quando existe disponibilidade de viaturas e elementos; daí ter dito ao Sr. Hélder, que tem uma consulta no dia dezassete, para ir marcar a deslocação com antecedência para se tentar assegurar o transporte; só conseguirão garantir a cem por cento este transporte se aumentarem o quadro do pessoal porque, por vezes, têm ambulâncias, mas não têm tripulantes; só admitindo mais bombeiros conseguem dar resposta e está a decorrer um concurso para admitir catorze novos bombeiros, sendo certo que dos dezassete candidatos só onze apareceram a fazer provas e não sabe se vão todos passar as provas que têm que prestar; percebe que haja poucos interessados, porque é uma profissão exigente e de elevada responsabilidade, a que só podem aceder pessoas até aos vinte cinco anos de idade, cujo vencimento é o salário mínimo nacional; o vencimento de entrada dos sapadores ou dos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR é muito superior; a lei está a ser revista e esperam que se chegue a bom porto para que consigam admitir mais pessoas. Referiu que, por outro lado, em Tomar, os bombeiros são municipais, regem-se pela lei aplicável à administração local, que durante muitos anos não pode admitir trabalhadores, enquanto, nos concelhos à volta, são voluntários, detidos por associações privadas que podem admitir pessoal quando querem; acresce o fato de, pelo seu estatuto, os bombeiros poderem reformar-se aos cinquenta e cinco anos de idade e há um conjunto de bombeiros que se foram reformando ao longo dos anos sem que pudessem ser substituídos, umas vezes por imposição legal, outras porque a carreira/categoria não é apelativa. Referiu que pediu uma cópia do recibo do pagamento efetuado pelo Sr. Hélder para poder verificar a situação porque o que



estava acordado era a pessoa não ter que pagar mais por ser de outro concelho; quando têm disponibilidade também transportam doentes de outros concelhos e não cobram mais por isso.

O Sr. Hélder Martins referiu que, independentemente da designação dos bombeiros, quando as equipas não funcionam bem devem ser mudadas; se os bombeiros municipais não funcionarem bem, se os interesses das populações não estiverem acima de tudo, devia mudar-se qualquer coisa; o ano passado estava a funcionar e alguma coisa mudou, para pior. -----

A Sra. Presidente perguntou ao Sr. Hélder se acha correto dizer à população que deixam de ter Bombeiros Municipais, que existem há noventa e sete anos, e vir uma associação qualquer pegar neles; as coisas não se mudam só porque apetece e os bombeiros só são voluntários de nome. Concordou que os bombeiros deviam funcionar todos da mesma maneira no território nacional, como acontece com a PSP, com a GNR e com os militares, mas enquanto se tiver um sistema de proteção civil, na vertente bombeiros, assente em parte nas autarquias, ou eventualmente em Comunidades Intermunicipais, com território mais alargado, e outra parte em associações humanitárias, que comprem o que querem e lhes apetece, com o dinheiro que é de todos, e não prestam contas, opta sempre pela primeira solução; mesmo que se viesse a optar pela outra opção, não é de um dia para o outro que isso se operacionaliza. Referiu que, desde o ano passado, reformaram-se três bombeiros e já mais dois o requereram, estando em curso os procedimentos para poderem admitir mais pessoal. -----

Esteve presente o Sr. Francisco Carlos que começou por manifestar a sua solidariedade ao Sr. Amândio Ferreira porque deve sentir uma grande frustração. Referiu que é um drama viver no nosso país, que também tem coisas boas, mas, infelizmente, na maior parte das vezes, não as sabem aproveitar e estão a pagar por isso. Perguntou se a sra. Presidente recebeu a sua carta e se lhe pode dar algumas ideias sobre o assunto. -----

A Sra. Presidente referiu que recebeu do Sr. Francisco Carlos uma carta a apresentar um projeto para desenvolver no dia um de maio, que encaminhou para o Sr. Vereador Hugo Cristóvão. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que ainda não pode adiantar muito sobre o dia um de maio, mas pode referir algumas ações que decorreram, ou vão decorrer, na área da sensibilização ambiental, nomeadamente a que teve lugar no sábado, promovida pelo Agrupamento quarenta e quatro do Corpo Nacional de Escutas, de sensibilização e prática de recolha de lixo em vários locais da cidade e respetiva deposição nos locais corretos; foi uma ação partilhada nas redes sociais e não pode deixar de reparar que houve quem aparecesse a colocar o ónus no sitio errado, comentando que estava a ser feito aquilo que os funcionários



da Câmara não fazem; compete a cada cidadão colocar o lixo no sítio correto, em vez de o atirar para o chão ou o arremessar pela janela da viatura, como acontece em vários sítios, como é o caso da avenida Maria de Lourdes Mello e Castro, da estrada da Platex, da estrada nacional cento e dez, em Carvalhos de Figueiredo e a norte, entre outros. Referiu que, em princípio, na próxima sexta-feira, último dia de aulas, vai realizar-se na cidade outra ação de sensibilização para a questão do lixo, envolvendo os estudantes do ensino secundário das duas escolas da cidade; para poder haver uma ação continuada, estão a tentar promover outras iniciativas envolvendo os mais jovens na explicação aos menos jovens do que é correto, do que deve ser feito, também para se perceber que, nesta matéria, como em muitas outras, a solução está na mão de cada um e não podem apenas ficar à espera que os outros façam por si. Frisou que querem ajudar a sensibilizar para as questões da deposição do lixo, da reciclagem e dos ecopontos, sem deixar de recordar os serviços que estão disponíveis, nomeadamente para recolha programada de cartão na cidade, mais vocacionado para o comércio, e para a colocação/recolha de monstros. -----

O Sr. Francisco Carlos deu nota de que obteve o apoio do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Madalena e Beselga e do Agrupamento de Escuteiros de Cem Soldos e que, no dia um de maio, pretendia recolher o lixo na cidade e em todas as bermas das estradas porque é uma autêntica vergonha. Questionou os presentes se, quando passam por essas bermas e valetas, não lhes mete aflição e não têm vergonha do que veem; não é mais perfeito do que qualquer outro, mas sente muita vergonha e acha que são horas de arregaaçar as mangas e por em prática estas ações. Apelou para que estas ideias fossem incutidas ao nível dos distritos, que por sua vez as difundiam aos municípios, às freguesias e às associações porque é possível e não dá muito trabalho; só é preciso começar, cada um no seu local. -----

A Sra. Presidente disse que percebe a ideia, mas não se podem ficar por ações; podem mobilizar o concelho e fazer uma ação de limpeza no dia um de maio, mas, se não houver campanhas de educação e de sensibilização, passados dois meses, estará tudo sujo outra vez.

O Sr. Francisco Carlos referiu que vai reunir com a Diretora do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria com o objetivo de envolver as escolas e os alunos nesta ação, porque poderão ser um grande veículo de comunicação para lhes abrir o caminho. Não vislumbra outro dia proximamente para poder praticar esta ação, que tem recolhido alguns apoios no facebook; têm que exigir e lutar pelos seus diretos, mas nunca se podem esquecer de cumprir com os deveres e isso tem que ser transmitido a todas as etnias; um dia que tenha disponibilidade, vai tentar falar com o chefe dos ciganos porque há que por as coisas em



pratos limpos e não podem estar à espera que haja milagres; há pessoas que dizem que tem que ser o Estado/governo a promover, mas não será quem os governa que suja as valetas; é o povo que não cumpre os seus deveres e as suja. Referiu que quando não se sabe resolver, não custa nada olhar para o lado, copiar os modelos dos países vizinhos e pô-los em prática no nosso país. -----

A Sra. Presidente referiu que a legislação portuguesa não permite alguns itens desse modelo como é o caso da videovigilância. -----

O Sr. Francisco Carlos referiu que costuma dizer que estão duzentos anos atrasados; sem ofensa a ninguém, um país e o povo é aquilo que os governantes quiserem, a sementeira tem que se fazer com antecedência e o que não foi investido há décadas atrás, na prevenção e na educação, hoje é impagável. -----

A Sra. Presidente disse que um país tem os governantes que o povo quer porque, felizmente, é o povo que os elege. Reconheceu que há muitos bons exemplos noutros países que podiam ser copiados e que, se há pedra basilar em qualquer sociedade, é a educação; quando se anda a brincar com a educação e se põem os miúdos com mais uma horas disto e daquilo, em vez de ensinar cidadania e educação cívica, os resultados são estes. -----

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Presidente deu nota de que, a semana passada, foi assinada a escritura da nova empresa que vai substituir a Resitejo, havendo outros documentos que, nesta fase, terão que ser submetidos aos órgãos dos municípios. -----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que não vai falar sobre as questões levantadas pelo público porque já as abordaram quase todas, nomeadamente a do transporte de doentes não urgentes; pensa que tem que haver a preocupação de distinguir o essencial do acessório e, uma vez que a política está definida, apoiar aqueles que são mesmo mais urgentes. Disse que pretende apresentar hoje a situação do centro histórico de Tomar e das lojas históricas; estão preocupados com tudo que é património de relevo que tem que se preservar; o plano de pormenor do centro histórico vai andar muito pouco até porque têm a questão da Agência Portuguesa do Ambiente querer transformar o centro histórico em REN, o que vai criar altos condicionalismos, e não faz sentido estar a mexer muito sem que isso fique definido; os vereadores do PSD já emitiram a sua opinião, há que fazer uma pressão sem tréguas junto da tutela porque se for junto da APA já sabem que não cumpre a sua missão de fiscalização, mas, quando intervém em instrumentos que são essenciais para Tomar, acaba por lesar aquilo que



são os interesses e o desenvolvimento de Tomar; se deteta, não consegue atuar na poluição do rio e noutras coisas mais, mas consegue atuar com espada afiada quando se trata dos instrumentos de gestão do território, como, por exemplo, na Albufeira do Castelo do Bode, no centro histórico e noutras situações, como se verifica na ordem do dia de hoje; estão preocupados com as lojas e os espaços históricos que representam o património e a cultura do concelho, em especial da cidade; se andarem por aí com um olhar mais atento, começam a ficar preocupados porque, há muitos anos, tem-se feito pouco em relação a esta questão; têm janelas monumentais, pórticos muito antigos, cantarias, azulejos, e, se não fizerem um regulamento para reservar estes elementos, poderão, daqui a uns anos, chegar com poucas referências; já muito património foi degradado, já muito azulejo foi roubado, já muita ação desproporcionada foi feita, mas ainda estão a tempo de fazer alguma coisa e de desenvolver um regulamento que proteja este património; já há alguma coisa feita e era preciso atualizar e, na fase de licenciamento, impor como condicionalismos os elementos que terão que ser preservados; se percorrerem a cidade com um olhar mais atento, verificam que há situações que são atentados ao património; as pessoas não estão informadas, tentam melhor isolamento térmico e acústico e vão colocando coisas que nada têm a ver com o valor patrimonial onde estão inseridos; era importante fazer um regulamento que respondesse a estas situações porque ainda vão a tempo de salvaguardar alguns destes elementos riquíssimos. Referiu que as lojas históricas também têm que merecer atenção; com a força do turismo e do alojamento local, com a força da ação das empresas em termos de imóveis as coisas vão acelerando e vão aparecendo obras consecutivas, que não se viam há muito tempo: o turismo está a reabilitar Portugal e Tomar é também um exemplo; valia a pena identificar as lojas e as entidades que têm valor histórico e cultural e classificá-las para passarem a integrar o património municipal; é um esforço que vale a pena e estão disponíveis para dar toda a colaboração, mas, acima de tudo, também é importante sensibilizar quem intervém nesses edifícios e, na fase de licenciamento, colocar como condicionalismos as necessidades de preservação do património porque, felizmente, têm uma cidade que tem património e têm a obrigação de o preservar, de trabalhar para que isso seja uma realidade e para que não se vá continuando, pouco a pouco, a perder.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que, concordando com muito do que foi dito, não queria deixar de sublinhar uma ou duas situações, Concordou que o plano de pormenor do centro histórico precisa de ser alterado, ou revisto, porque, salvo erro, é de mil novecentos e noventa e nove e, desde então, muitas coisas se alteraram; o regulamento em vigor só



permite comércio e serviços no rés-do-chão e todos sabem que isso não corresponde à realidade, além de não fazer sentido; em matéria de reabilitação dos edifícios, em muitos casos, também se coloca a questão do civismo e do respeito pelas regras e pelas leis; hoje, já é difícil as pessoas dizerem que não sabem ou não têm conhecimento; nos últimos dois ou três meses, só no centro histórico houve pelo menos meia dúzia de embargos; num dos casos, já é o segundo embargo à mesma situação, e a pessoa vem dizer no Balcão Único, para toda a gente ouvir, que sabe bem que aquilo que vai fazer é ilegal; é uma questão de mentalidade que, em conjunto, todos têm de conseguir mudar, porque, em Portugal, em determinadas situações, até há regras a mais, mas precisam que elas sejam cumpridas; é difícil perceber que alguém vá gastar uns milhares de euros na reabilitação de uma casa e não saiba que tem que pedir uma licença ou quais as regras que existem para essa licença, que não saiba que não pode por uma cobertura sandwich no centro histórico ou em edifício habitacional, que não tenha que ter especiais cuidados com as cantarias; as pessoas sabem, mas ainda há uma cultura muito portuguesa de tentar contornar o mais possível; na questão do azulejo, há legislação nacional recente que prevê as formas de recuperação e de proteção da azulejaria; há necessidade de alterar algumas situações no plano de pormenor, mas, mais uma vez, o civismo e o respeito pelas regras é muito importante; a proteção de algum tipo de mobiliário de algumas lojas ou espaços mais antigos não está prevista no plano e terão que encontrar uma solução para a situação; ainda não há muito tempo, havia um espaço comercial na Corredoura que tinha um mobiliário muito interessante, mas desapareceu quando o espaço transitou para outro comércio; essa é talvez a principal questão em que o plano não tem regras para defender porque, em tudo o resto, na grande maioria, está previsto, apesar de poder, e dever, ser corrigido, melhorado e alterado; é preciso, desde logo da parte dos proprietários, e também dos técnicos que assinam os termos de responsabilidade, haver respeito pelas regras e, acima de tudo, ter a perceção que é sempre melhor fazer bem.-----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que a questão do mobiliário é muito importante e que é preciso um regulamento que preveja isto, que as licenças tenham em atenção a situação, que seja feito um levantamento e que haja vistorias para conseguirem otimizar a situação, tendo em conta que o plano que existe está desatualizado, que vai demorar muito tempo até que o próximo esteja eficaz e que reabilitar como regra não é bem aquilo que se faz, mesmo quando, muitas vezes, estão alguns técnicos envolvidos; na FAI, têm um espólio interessante de coisas antigas que foram sendo recolhidas ao longo dos tempos, a que, se calhar, um dia destes, se irá dar muito valor; é preciso fazer um regulamento porque o património vai



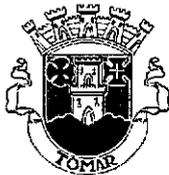
desaparecer até que o novo plano de pormenor apareça; todas as cidades com centro histórico estão a fazer regulamentos, também para incentivar a preservar, para sensibilizar, responsabilizar e, acima de tudo, saber quais são as responsabilidades e os limites de responsabilidade de cada um; valia a pena pensar nisto seriamente porque é extremamente importante.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que, recentemente, os vereadores do PSD abordaram aqui a questão do transporte de doentes não urgentes e, perante a exposição do Sr. Hélder Martins, reiteram que é um serviço indispensável para a população do concelho; compreendem perfeitamente aquilo que disse a Sra. Presidente, mas isso não significa que concordem; é um serviço que permitia ao município ter rentabilidade mas é natural que não existam candidatos a bombeiros pois, em Tomar, para além de terem ordenados baixos, também estão sem receber os serviços de piquete desde agosto de dois mil e dezoito; recebiam dois euros à hora cada vez que eram solicitados os seus serviços para fazer piquete e deixaram de receber, o que também é um dos motivos para os bombeiros estarem a solicitar a sua ida para a reforma; não recebendo esse valor acrescentado ao seu ordenado, não lhes é interessante continuar a prestar o serviço; antigamente, os bombeiros que se encontravam bem, física e psicologicamente, solicitavam autorização para continuar a trabalhar; existem outras possibilidades de ressarcir os bombeiros e entendem que deve haver aqui um consenso para não permitir que se vão todos embora; alguns estão prestes a chegar à idade da reforma e vão continuar a sair se não lhes oferecerem alguns benefícios adicionais; como não conseguem recrutar, vai ser um problema cada vez maior; os bombeiros são profissionais qualificados, têm que ter formação permanente para poderem fazer o seu trabalho e têm que ter benefícios adequados a esse trabalho; compreende aquilo que a Sra. Presidente disse, mas têm que encontrar uma fórmula de permitir ter a quantidade de bombeiros necessária ao concelho; a Sra. Presidente é responsável pelo Município há cinco anos, sabia a idade dos bombeiros e quantos é que iam chegar à idade da reforma, e devia ter reunido com os bombeiros no sentido de encontrar a solução adequada para que não se chegasse a este ponto; em Torres Novas, Abrantes e Entroncamento os bombeiros também se reformam e também terão esse problema, mas, segundo parece, conseguem transportar os doentes dos seus concelhos e os nossos; há qualquer coisa que têm que mudar para bem servir os tomarenses. Em relação ao assunto trazido pelo Sr. Vitor Santos, referiu que também já aqui falaram na sinalética; continuam preocupados porque existem muitos traços contínuos que não são visíveis e veem-se grandes congestionamentos e alterações de trânsito, por vezes irregulares devido à falta de



visibilidade dos traços, mesmo em zonas perigosas; também já deram aqui nota do excesso de sinalética vertical tendo a Sra. Presidente referido que o assunto estava a ser estudado; é absurdo ver sinais que querem dizer exatamente a mesma coisa ao lado uns dos outros, ainda mais numa cidade histórica como Tomar. Passando aos assuntos que trazia para abordar, deu nota de que, há dias, houve um acidente grave em Carvalhos de Figueiredo e que, de acordo com as informações que recebeu, o helicóptero que foi chamado não aceitou aterrar no heliporto de Tomar por falta de condições de segurança; segundo julga saber, estarão interditos os voos em Tomar em período noturno e essa limitação tem a ver com as obras do Pingo Doce, que terão sido aprovadas a uma cota mais elevada e obrigam à colocação de nova sinalética, findo o que é normal pedir autorização para que o heliporto volte a funcionar de noite; não tem a certeza de estar bem informada e pede esclarecimento sobre a situação para que a Sra. Presidente, como autoridade máxima da proteção civil no concelho, possa esclarecer porque motivo o ferido, que era muitíssimo grave, teve que ir de ambulância para o hospital de Abrantes para ser dali transferido de helicóptero; por enquanto, são apenas dúvidas que gostariam de ver esclarecidas antes de poderem emitir opinião. -----

A Sra. Presidente referiu que a maioria dos bombeiros que faziam os chamados serviços de piquete estavam reformados e na situação de reserva; recorda-se das vezes que os Srs. Vereadores do PSD votaram contra o pagamento aos bombeiros, e bem; como já explicou, não há qualquer diferença entre um bombeiro municipal e um qualquer outro trabalhador do município; sabe perfeitamente que só consegue ter um corpo de bombeiros que funcione e cubra tudo se fizer esses pagamentos, e eles foram feitos durante anos, até sob a gestão do PSD, sem sequer virem a reunião da Câmara, mas, a verdade é que estes pagamentos são feitos com o dinheiro dos contribuintes e não entram para descontos, o que não é correto; enquanto a questão não for resolvida em termos legais, para que todos aqui possam votar em consciência, não irá fazer mais nenhum pagamento, até porque são pessoas que recebem o seu ordenado, ou a sua reforma, e fazem este serviço de voluntariado, acumulando com aquilo que recebem um determinado montante que não entra para descontos; acresce que, em Tomar, os bombeiros que, à noite, estão a fazer as pernoitas também não estão a receber e isso passa-se em Tomar e nos demais corpos de bombeiros municipais portugueses; tiveram uma inspeção da Inspeção-Geral de Finanças, de que aguardam o respetivo relatório e não há pagamentos enquanto não vierem as coisas esclarecidas, e os Bombeiros estão informados; tal como disse no discurso de aniversário dos Bombeiros, o que se espera é que a situação venha salvaguardada na diretiva financeira deste ano; durante a época de incêndios, há cobertura



legal para os pagamentos às ECIN e estão a tentar que fique ali expressa a possibilidade de, fora da época de incêndios, sempre que haja uma situação de alerta, poder existir pagamento às equipas, não discutindo sequer quem vai pagar apesar de as entidades detentoras de corpos de bombeiros municipais não receberem dinheiro da Administração Central para pagar aos bombeiros e as associações humanitárias receberem. Salientou que, em dois mil e catorze, abriram concurso para admissão de dez bombeiros, e, este ano, para admissão de mais catorze; transferiram trabalhadores dos SMAS para os bombeiros, em mobilidade; mas, enquanto não for aprovado o estatuto do bombeiro e não for valorizada a carreira, irão ter problemas em recrutar pessoas para esta função; os Bombeiros Municipais de Santarém também abriram concurso e os candidatos foram em número inferior aos lugares postos a concurso, prova de que o problema é transversal a qualquer corpo de bombeiros. No que se refere aos motivos porque o helicóptero não aterrou, disse que a Câmara não tem que dar qualquer autorização e que o assunto é da responsabilidade do Centro Hospitalar do Médio Tejo; a situação não tem nada a ver com as obras do Pingo Doce, que tiveram que ter um parecer do Centro Hospitalar e da Autoridade Nacional da Aviação Civil; há cerca de ano e meio, foi solicitado que colocassem no telhado mais uns sinalizadores e eles foram colocados. -

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que, sendo o heliporto de Tomar importante, a Sra. Presidente devia ter a certeza absoluta de qual é o motivo que leva a que o helicóptero não possa ali parar, porque a indicação que tem é que, em período noturno, não vai haver transporte de doentes a partir de Tomar; é indispensável saber porquê porque gastou-se lá dinheiro e, no caso concreto, o doente precisava de ser evacuado com muita urgência e perdeu-se muito tempo para levar o doente para Abrantes para ser dali transportado de helicóptero; sabe que não é a Câmara que dá instruções para se poder parar ou não no heliporto, mas é importante ter a certeza porque motivo é que não se pode fazer, para poder alterar algum constrangimento que exista; neste momento, está esclarecida, mas, mais tarde, voltará a tentar perceber se o heliporto já está a funcionar em período noturno ou se continua lá apenas para enfeitar. No que se refere aos bombeiros, referiu que aquilo que a Sra. Presidente diz está muito correto, há mil e uma maneiras de se dizer a mesma coisa e há sempre uma desculpa para tirar a responsabilidade sobre aquilo que deve ser feito, mas o que é verdade é que os outros concelhos, com o mesmo número de habitantes de Tomar, conseguem prestar o serviço de transporte dos seus doentes e vir socorrer os doentes de Tomar; é um assunto que tem que ser analisado detalhadamente porque, estando a falar de pessoas, qualquer vírgula a mais ou a menos pode fazer a diferença e manter viva uma



pessoa; se os bombeiros reformados faziam os piquetes, tinham que receber e precisam de ver como é que, nos outros concelhos, estão a resolver este problema; se não conseguem resolver sozinhos, têm que copiar a fórmula e fazer igual a outros concelhos análogos a Tomar, em número de habitantes, porque é um facto que estão a resolver o problema deles e o nosso.

A Sra. Presidente referiu que, em Torres Novas, os bombeiros são voluntários; no país, existem vinte cinco corpos de bombeiros municipais, onde estão incluídos os sapadores municipais, e o problema é comum a todos. Pediu que, no exercício de uma oposição construtiva, os ajudem a resolver esta situação e lhes digam como proceder, lhes deem o enquadramento legal para poder pagar os serviços de piquete que a Sra. Vereadora diz que são os reformados que estão a fazer e que têm que ser pagos. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou se os bombeiros voluntários trabalham sem receber nada. -----

A Sra. Presidente esclareceu que quando se fala em bombeiros voluntários se pensa que são pessoas que dão do seu tempo em prol da comunidade, mas isso é errado; em Portugal, há vinte cinco corpos de bombeiros municipais, cuja entidade patronal são as Câmaras Municipais, que se regem pelas leis da administração local e, durante muitos anos, não tiveram a possibilidade de proceder a admissões para os respetivos quadros; depois, há as corporações de bombeiros voluntários, as designadas associações humanitárias, que se regem pelo direito do trabalho privado, nunca tiveram quaisquer constrangimentos em matéria de admissões e podem admitir para os respetivos quadros os profissionais que entenderem, mediante a celebração de um contrato de trabalho; em qualquer dos casos, as pessoas têm que ter formação adequada diferindo os municipais e os voluntários quanto à entidade patronal, que num caso é a administração local e noutro uma entidade de direito privado, e na forma de financiamento, que faz toda a diferença; os bombeiros municipais não têm financiamento; os Bombeiros Municipais de Tomar custam um vírgula um milhões de euros por ano em vencimentos, aquisições, viaturas, arranjo de viaturas, entre outras, que a Câmara retira do orçamento municipal; para os bombeiros voluntários vem dinheiro diretamente da Administração Central e a Câmara não tem que retirar dinheiro do seu orçamento, a menos que, como acontece nalguns casos, delibere dar determinado apoio aos seus bombeiros; coloca a pergunta se ficam todos tranquilos num sistema de proteção civil que assenta nos chamados bombeiros voluntários tendo em conta que, perante uma catástrofe, o presidente da Câmara, a autoridade máxima da proteção civil no seu concelho, não pode mobilizar todos os



e.
A

bombeiros, porque eles não respondem disciplinarmente perante ele; questiona se a Sra. Vereadora se sente confortável e fica tranquila tendo um sistema de proteção civil nacional, na vertente bombeiros, assente em associações de direito privado, que podem não obedecer às orientações da Administração Central; pessoalmente, não fica. Referiu que, consoante o nível de alerta que é decretado, há um conjunto de procedimentos a tomar, para além de que são emitidos comunicados técnicos operacionais sempre que a situação o justifique; no caso de Pedrógão, por exemplo, como foi público, o Comandante dos Bombeiros foi questionado se não tinha recebido o comunicado técnico operacional e respondeu que não, porque até era instrutor de condução e não tinha tempo para ler essas coisas; não se sente segura não estando o sistema de proteção civil de determinado concelho assente em profissionais, dedicados à sua função vinte e quatro horas por dia, e para isso, a carreira tem que ser valorizada. Deu nota de que, em agosto de dois mil e dezassete, foi decretado o estado de calamidade preventiva, e mandou chamar todos os bombeiros para o quartel; houve dois que não obedeceram e levaram um processo disciplinar; por muito que perceba que ganham pouco, não foram obrigados a ir para bombeiros e têm que cumprir. Salientou que não discute sequer a questão de quem paga porque está disponível para pagar do orçamento municipal, mas, enquanto não houver enquadramento legal, a situação vai-se manter, e nunca se pode comparar a realidade de um concelho que tem bombeiros municipais com a realidade de um concelho que tem bombeiros voluntários e está sujeito a outro enquadramento legal; os bombeiros municipais estão todos na mesma situação e, com exceção de Alcanena e Sardoal, todos foram alvo de inspeção. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que haverá sempre uma resposta ou uma desculpa para qualquer argumento que possam apresentar; sabem a diferença entre Bombeiros Municipais e Bombeiros Voluntários e quais as vantagens e os inconvenientes; a julgar pelas palavras da Sra. Presidente, que não ficará descansada se tiver bombeiros voluntários, todos os concelhos que têm bombeiros voluntários estão sob perigo; se a Sra. Presidente alega que, se houver uma associação humanitária, os bombeiros podem ter outras vantagens que não terão se forem bombeiros municipais, se calhar já está a dar a resposta à pergunta onde é que podiam encontrar a solução para o problema, que acabou de lhe fazer. Referiu que lhe parece muito mais grave que, até que saia a legislação, tenham cada vez menos bombeiros e não resolvam o problema com que se deparam, do que ter bombeiros voluntários, porque estes vão responder à chamada quando for necessário, como se tem visto quando acontece alguma coisa noutros concelhos; os bombeiros não desaparecem nem fogem nos concelhos que têm



bombeiros voluntários, e são muitos; os presidentes dessas Câmaras Municipais não estão loucos e não deixaram ao acaso a vida das pessoas dos seus concelhos. Referiu que a Sra. Presidente tem mil e uma respostas para lhe dar às questões que colocou e poderão ficar aqui até depois de amanhã a argumentar para um lado ou para o outro, mas o que lhe parece é que estão numa encruzilhada, têm cada vez menos bombeiros e precisam cada vez mais de bombeiros, chegaram a uma situação de rotura e não estão a querer ver o problema; encontram desvantagens naquilo que os outros municípios fazem, mas eles respondem às necessidades das pessoas que lá vivem enquanto que, em Tomar, apesar de ser muito vantajoso ter bombeiros municipais, não se consegue responder às necessidades. Referiu estar esclarecida e não valer a pena continuar a argumentar. -----

A Sra. Presidente disse que também ficou esclarecida de que o PSD defende a extinção do corpo de bombeiros municipais de Tomar e a criação de uma associação humanitária de bombeiros voluntários. -----

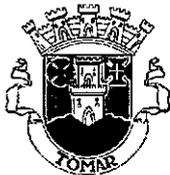
A Sra. Vereadora Célia Bonet negou que tenha dito isso. -----

A Sra. Presidente salientou que foi o que a Sra. Vereadora disse quando referiu que a Presidente faz aqui finca pé com os bombeiros municipais, sente-se descansada e não consegue resolver a situação, quando os outros aqui ao lado, que são voluntários, dão resposta aos seus cidadãos e aos cidadãos de outros concelhos; a Sra. Vereadora disse mesmo que a presidente tinha aí a resposta à questão que lhe colocou. Regista que o PSD defende a extinção da corporação dos Bombeiros Municipais de Tomar e que eles passem a ser uma associação humanitária, esperando que se mantenham coerentes a defender isso até ao fim.--

O Sr. Vereador José Delgado afirmou que o PSD não defende a extinção dos Bombeiros Municipais de Tomar, mas sim que se resolva a situação rapidamente e com urgência, porque quem trabalha tem que receber.-----

A Sra. Presidente retorquiu que, para isso, a legislação tem que ser alterada. Concordou que quem trabalha tem que receber, e fazer os descontos que são devidos, da mesma forma que os pagamentos têm que ser legais e pensa que todos querem estar de consciência tranquila.--

O Sr. Vereador Luís Ramos disse que já lhes foi dado a conhecer o ponto da situação da criação da nova empresa de gestão e tratamento de resíduos, que dá continuidade à Resitejo, ficando por esclarecer a questão dos trabalhadores dos SMAS, se já estão esclarecidas todas as dúvidas, qual é o ponto da situação das conversações, quantos optaram por ficar na Câmara e quantos optaram por transitar para a nova empresa.-----



e.

A Sra. Presidente informou que aguardam o visto do Tribunal de Contas para celebrar a escritura da nova empresa; após a escritura, têm seis meses para por a empresa a funcionar na totalidade e é nessa altura que terão lugar as negociações com os trabalhadores, sendo certo que já está a ser feito trabalho prévio; foi criado um grupo de trabalho constituído por trabalhadores dos SMAS, que também participará nas negociações, a quem foi entregue o manual de funções da estrutura orgânica da nova empresa, para que possa ser analisado e discutido; nesta fase, estão agendadas reuniões, de três em três semanas, para ir limando as questões que se venham a colocar, para que a transição seja o mais leve que for possível. ----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu-se ao Rally dos Templários que decorreu no fim-de-semana tendo em conta que, na prova de sábado à noite, houve várias situações de pessoas retidas durante a prova, algumas impedidas de ir para casa, assim como um munícipe que teve um problema de saúde, que obrigou a intervenção dos Bombeiros com uma ambulância, na rua Diogo Arruda; não estando contra a prova, que consideram importante para a dinamização da cidade, entendem que devem refletir sobre os problemas levantados e encontrar soluções. Questionou se o circuito definido será o indicado, que impacto tem na vida dos moradores e se existe plano de segurança e de emergência. -----

A Sra. Presidente salientou que qualquer evento que a Câmara promova tem que ter subjacente um plano de coordenação, segurança e socorro e o Rally dos Templários não foi exceção; o início estava previsto para as vinte e uma horas e trinta minutos e as ruas começaram a ser cortadas cerca das vinte horas; morando dentro do percurso da prova, teve oportunidade de constatar que, nalguns locais, até continuaram a deixar passar as pessoas por mais tempo, mas noutros locais isso não aconteceu, sendo certo que, se as pessoas obedecessem, poderia ser cortado mais em cima da hora de início, mas é uma avaliação que irão fazer. Referiu que a ocorrência do assistente que se sentiu mal foi imediatamente reportada ao diretor da prova e que, se tivesse havido necessidade de a ambulância se deslocar ao local, a prova teria sido interrompida, sendo certo que, em eventos de grande concentração de pessoas não são as ambulâncias que circulam, mas sim as equipas apeadas, que prestam os primeiros socorros mais facilmente; isso aconteceu neste evento e vai acontecer também na Festa dos Tabuleiros. Reconheceu que houve zonas onde a circulação foi cortada com muita antecedência, mas a questão já estava sinalizada para avaliação na reunião que terá lugar entre a organização e os serviços municipais envolvidos, para analisar o que é que correu menos bem e o que é que se pode melhorar. -----



O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que houve aumento de mais uma viatura TUC TUC e que, com o crescimento do setor do turismo, têm que antever a possibilidade de surgimento de novos negócios similares, como as trotinetes e os segway, justificando-se a criação de um regulamento para disciplinar esta área de atividade, sobretudo no centro histórico, nomeadamente definindo os locais específicos para estacionamento deste tipo de veículos, o que sugerem. -----

A Sra. Presidente remeteu para mais tarde a resposta a esta sugestão.-----

O Sr. Vereador José Delgado referiu-se às empreitadas da Várzea Grande e da avenida Nuno Álvares Pereira, que se encontram adjudicadas e a aguardar visto do Tribunal de Contas, questionando se está decidido que não haverá obras até à Festa dos Tabuleiros e qual foi o procedimento adotado para enquadrar a situação em termos do código dos contratos públicos; sendo a suspensão bastante longa não será fácil de resolver e é preciso saber qual é o ponto da situação, se foi feito algum acordo com as empresas e em que termos, se vai haver aumento de custos e prorrogação dos prazos ou se isso está salvaguardado.-----

A Sra. Presidente referiu que os procedimentos são diferentes nas duas empreitadas, cujos contratos aguardam o visto do Tribunal de Contas; já reuniram com ambos os empreiteiros; a empreitada da Nuno Álvares Pereira terá início logo após a concessão de visto, mesmo antes da Festa dos Tabuleiros, havendo garantias do cumprimento de todas as questões de segurança; para resolver a situação das sucessivas roturas nas condutas, que são velhíssimas, o município teve que fazer um bypass, adiantando-se em algo que estava previsto no âmbito desta obra; está acordado com o empreiteiro da obra da Várzea Grande que a mesma não tenha início antes da festa, estando previsto o seu início na segunda semana de julho; estão a ser acertados os pormenores correspondentes e pode vir a ocorrer um adiantamento, que pode ir até aos trinta por cento, nos termos previstos na lei.-----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia quatro de fevereiro de dois mil e dezanove, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e nove de março de dois mil e dezanove, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta



e dois euros e dezassete cêntimos (3.151.442,17€) em Operações Orçamentais, e duzentos e trinta mil, duzentos e doze euros e sessenta e um cêntimo (230.212,61€) em Operações Não Orçamentais.-----

N.º 01 – SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TOMAR NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS – proposta final -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente às informações n.ºs 3570/2019 e 3591/2019 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta de segunda alteração do Plano Diretor Municipal de Tomar no âmbito do regime extraordinário da regularização de atividades económicas a submeter ao órgão deliberativo do Município, e demais formalidades do procedimento, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou:-----

1-Aprovar a versão final da segunda alteração ao Plano Diretor Municipal de Tomar no âmbito do regime extraordinário da regularização de atividades económicas e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal; -----

2-Mandar publicar a alteração na 2.ª série do Diário da República; -----

3-Mandar enviar à Direção-Geral do Território o conteúdo documental da alteração do plano, incluindo o relatório de ponderação dos resultados da discussão pública, e cópia autenticada da deliberação da Assembleia Municipal; -----

4-Mandar publicitar a versão final da proposta na página da Internet da Câmara Municipal. ----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos.-----

N.º 02 – ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO– ata da conferência procedimental-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a apreciação do Executivo Municipal a ata da conferência procedimental relativa à alteração do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, realizada a 25 de outubro de 2018, e pareceres anexos, nos termos e fundamentos da informação n.º 12756/2018 da Divisão de Gestão do Território.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou aceitar o conteúdo da ata da conferência procedimental e os



pareceres anexos, emitidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, pela Direção Geral do Território, pela EPAL e pela Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste. -----

Mais deliberou mandar promover as reuniões de concertação aí indicadas, com a Agência Portuguesa do Ambiente-ARHTO e a Direção Geral do Território, na presença da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos. -----

N.º 03 – ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS AVESSADAS – homologação de parecer jurídico -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente às informações n.ºs 4110/2019 e 4126/2019 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a homologação do Executivo Municipal o parecer jurídico emitido pela Sra. Dra. Fernanda Paula Oliveira, Professora da Faculdade de Direito de Coimbra, em resposta às questões colocadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no seguimento das deliberações tomadas a 13 de novembro de 2017 e 4 de fevereiro de 2019.---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o referido parecer jurídico para efeitos de tomada de posição relativamente ao entendimento transmitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, através dos s/ ofícios S03244-201902-DSOT e S04393-201903-DSOT. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 04 – PROTOCOLO DE PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS DE FERREIRA DO ZÊZERE, MAÇÃO, OURÈM, SARDOAL E VILA NOVA DA BARQUINHA NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS AO AVISO DE CONCURSO N.º POEUR-12-2018-18-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo de parceria a celebrar entre a globalidade dos municípios que se encontram em processo de formalização do modelo institucional de agregação, visando regular



a submissão de candidaturas ao Aviso de Concurso n.º POSEUR-12-2018-18, ao abrigo do regime excecional, neste previsto, conforme prevê o n.º 2 do artigo 96.º do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do referido protocolo nos seus precisos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 05 – ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE NO ÂMBITO DO PROJETO INNOACE -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, no seguimento da informação n.º 1670/2019 do Departamento de Obras Municipais, a minuta do acordo de colaboração a celebrar com o Instituto Politécnico de Portalegre para o curso de formação na metodologia Building Information Modeling, no âmbito do projeto Innoace, do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020, cofinanciado pelos fundos FEDER. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do referido acordo de colaboração nos seus precisos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 06 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – Centro Recreativo Cultural e Desportivo de D. João -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 148/2019 da Presidência, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento das tarifas pela utilização de lugares de estacionamento tarifado na Ermida de Nossa Senhora da Conceição, no dia 19 de abril, pelo período de duas horas, por ocasião do 4.º Passeio de Automóveis Antigos e Clássicos, organizado pelo Centro Recreativo Cultural e Desportivo de D. João.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento das tarifas, ao abrigo do artigo 10.º do regulamento de estacionamento tarifado de duração limitada no Terreiro de D. Gualdim Pais e na Ermida de Nossa Senhora da Conceição.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTAS DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 07 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA POR VENDEDORES AMBULANTES -----

No seguimento da deliberação tomada a 10 de dezembro de 2018, foi presente proposta do Sr.



Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1175/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de regulamento municipal de atividade de comércio a retalho não sedentário exercida por vendedores ambulantes no município de Tomar, precedida de discussão pública, publicitada no Diário da República, 2.ª Série, de 4 de fevereiro, através do aviso n.º 1985/2019. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter a proposta de regulamento a aprovação do órgão deliberativo, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 08 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A JUNTA DE FREGUESIA DE PAIALVO NO ÂMBITO DO ESPAÇO DO CIDADÃO -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal minuta de protocolo de colaboração a celebrar com a Junta de Freguesia de Paialvo atribuindo a esta a gestão do Espaço do Cidadão, nos termos e fundamentos apresentados. ---

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 09 – CONTRATO DE COMODATO DE CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DE TOMAR DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO N.ºS 61 A 63-A ONDE NASCEU A PINTORA MARIA DE LOURDES DE MELLO E CASTRO -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal minuta de contrato de comodato a celebrar com Luís Manuel de Melo e Castro de Alvellos referente à cedência gratuita do prédio urbano sito na rua Alexandre Herculano, n.ºs 61 a 63-A, com vista à criação da Casa-Museu em homenagem à pintora Maria de Lourdes de Mello e Castro e à sua obra, nos termos e fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do contrato de comodato nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 10 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em março pela Sra. Presidente,



ao abrigo das alíneas d), f) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como os despachos efetuados em fevereiro e março pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas y), qq), ss) e tt) do n.º 1 do referido artigo 33.º e do n.º 4 do artigo 5.º do regime jurídico da urbanização e edificação.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR "TOMARINVESTE":-----

N.º 11 – HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DO LOTE 10 ALT DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE-----

No seguimento da deliberação tomada a 18 do corrente mês, foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 79/GDE/2019, submetendo a homologação do Executivo Municipal a ata da hasta pública para alienação do lote 10 ALT do parque empresarial de Tomar, em regime de direito de superfície, e o auto de adjudicação provisória a Metalguia - Metalomecânica Unipessoal Lda, pelo valor de 10.550,00€ (dez mil, quinhentos e cinquenta euros).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar a ata da hasta pública e o auto de adjudicação provisória.-----

A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM:-----

N.º 12 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – fevereiro de 2019-----

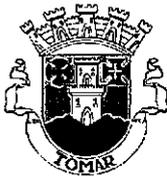
Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente referente ao relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação e Imagem durante o mês de fevereiro do corrente ano.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os apoios prestados, no montante global de 6,00€ (seis euros). ---

A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----



N.º 13 – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DO AQUEDUTO DOS PEGÕES EM TOMAR – liberação parcial da caução -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1618/2019 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de reabilitação e reforço estrutural do Aqueduto dos Pegões em Tomar, adjudicada a STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, SA, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou liberar 30% da caução prestada pelo adjudicatário. -----

A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS DE TOMAR – liberação parcial da caução-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1501/2019 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de remodelação e ampliação do quartel dos Bombeiros de Tomar, adjudicada a Eco Edifica - Ambiente e Construções, SA, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou liberar 30% da caução prestada pelo adjudicatário, correspondente ao primeiro ano após a receção provisória.-----

A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – CEDÊNCIA DE MATERIAL – Organização do evento Remember Pim Pim 2019

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1470/2019 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o empréstimo de quinze grades de proteção e dez estrados para utilização no evento Remember Pim Pim, que se realiza no dia 15 de junho, conforme solicitado pela organização. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar o empréstimo do material solicitado, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----



A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – TRANSPORTES URBANOS DE TOMAR - resultados operacionais no ano de 2018 -----

Foi presente, para conhecimento, informação referente aos resultados operacionais dos Transportes Urbanos de Tomar no último trimestre de 2018.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 17 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - União Futebol Comércio e Indústria de Tomar -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 379/UDJ/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da nave e do ginásio do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, entre 7 e 9 de junho, para pernoita de algumas das equipas participantes no 12.º Torneio Internacional dos Templários, conforme solicitado pelo União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 18 -UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Estabelecimento Prisional Militar de Tomar -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 384/UDJ/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do ginásio do pavilhão municipal Cidade de Tomar, em datas a concertar, no mês de abril, para realização de workshop de defesa pessoal para os militares que desempenham serviço de vigilância e guarda às instalações do bloco prisional do Estabelecimento Prisional Militar de Tomar, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



Handwritten signature or initials in the top right corner.

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação Thomar Honoris-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 364/UDJ/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do pavilhão municipal Cidade de Tomar, nos dias 19 e 20 de outubro, para realização do II Torneio de Esgrima Histórica Thomar, conforme solicitado pela Associação Thomar Honoris, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Federação Portuguesa de Natação-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 47/2019 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização das piscinas e ginásio do Complexo Desportivo Municipal no âmbito do estágio das seleções de Natação Artística, entre 23 e 26 de abril, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 21 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a oferta de cinco computadores Pentium 4 3.0Ghz, com 1 GB de RAM e Windows XP, e respetivos monitores TFT de 17", nas condições descritas na informação n.º 71/GI/2019, ao CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou oferecer cinco computadores que já não são utilizados ao CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 22 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO RÉS-DO-CHÃO DIREITO DA RUA INFANTE D. FERNANDO, N.º 11 -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao exercício do direito de preferência na venda da fração autónoma designada pela letra A, correspondente ao rés-do-chão direito do prédio sito na rua Infante D. Fernando n.º 11, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3559, que Paula Cristina da Graça Henriques Guerra pretende fazer a Elizabete da Silva de Carvalho, pelo valor de 72.500€ (setenta e dois mil, quinhentos euros). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição da fração supra identificada, nos termos e condições apresentados. -----

Mais deliberou notificar a requerente para remeter cópia da escritura à Câmara Municipal, no prazo de 15 dias após a respetiva celebração. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 23 – EXECUÇÃO DA PONTE DO CARRIL – avaliação de parcela de terreno propriedade de Ana de Jesus Simões Antunes -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a apreciação do Executivo Municipal a necessidade de revogação das deliberações tomadas a 17 de julho de 2017 e 16 de abril de 2018, nos termos e fundamentos da informação n.º 848/DAJA/2019 e parecer n.º 36/DAJA/2018. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou revogar as deliberações tomadas a 17 de julho de 2017 e 16 de abril de 2018, nos termos e fundamentos da informação n.º 848/DAJA/2019 e parecer n.º 36/DAJA/2018, mandando promover a audiência prévia dos interessados pelo prazo de dez dias úteis. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 24 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Maria dos Anjos Franco dos Santos - Cabeça de Casal da Herança de -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 305,10 m² a desanexar do prédio urbano sito em Guerreira, Freguesia de Asseiceira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 5018/20140509, requerida por Maria dos Anjos Franco dos Santos – Cabeça



de Casal da Herança de, nos termos e fundamentos da informação n.º 4044/2019 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque, nos termos e fundamentos da informação n.º 4044/2019 da Divisão de Gestão do Território, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 25 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Josefina Ferreira Conde-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o indeferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 2.350,30 m² a desanexar do prédio misto sito em Cova da Moura, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 430/19520201, requerida por Josefina Ferreira Conde, nos termos e fundamentos da informação n.º 3908/2019 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não autorizar a certificação de destaque mandando promover a audiência prévia do interessado pelo prazo de 10 dias úteis, nos termos e fundamentos da informação n.º 3908/2019 da Divisão de Gestão do Território, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 26 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Fernando Luís Malaquias Ferreira-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à contestação apresentada pelo requerente, na sequência da notificação da deliberação tomada a 21 de janeiro, relativa ao pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 10.774 m² a desanexar do artigo matricial n.º 172, secção H, da Freguesia de Paialvo, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o indeferimento em definitivo do pedido apresentado, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 14154/2018 e 3672/2019 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou indeferir em definitivo a certificação de destaque requerida, pelos fundamentos apresentados nas informações n.ºs 14154/2018 e 3672/2019 da Divisão de Gestão do Território, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 27 – FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO – ESTUDO TÉCNICO

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o



Estudo Técnico relativo à criação da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, a submeter ao órgão deliberativo do Município, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 538/2019 da Divisão Financeira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter o referido estudo técnico a aprovação do órgão deliberativo, ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 32.º e do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 28 – PROTOCOLO DE PARCERIA COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO NO ÂMBITO DO PROJETO "FÁTIMA-TOMAR STAYOVER" -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 344/2019 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo de parceria a estabelecer com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo no âmbito do projeto Fátima-Tomar StayOver, nos termos e fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo de parceria nos seus exatos termos, concedendo ao cliente StayOver, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, isenção de pagamento pela utilização das instalações do Complexo Desportivo Municipal (piscinas, courts de ténis e squash em regime livre) e das Piscinas Municipais Vasco Jacob, nas condições definidas. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 29 – CEDÊNCIA DE MATERIAL - Grupo Motard Templários -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o empréstimo de oito estrados ao Grupo Motard Templários, para utilização em atividade que promoveu no dia 9 de março, conforme solicitado. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar a cedência, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 30 – CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO QUALIDADE E AMBIENTE DOS SMAS DE TOMAR – auditoria de acompanhamento -----

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos



SMAS, em reunião realizada a 11 de março, e o relatório da auditoria de acompanhamento da certificação do sistema de gestão integrado qualidade e ambiente dos referidos serviços, ao abrigo das normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015, realizada no corrente mês, pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER).-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezassete horas e dez minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---



